

## **Uma análise da atividade científica do docente jovem doutor na Universidade Federal de Minas Gerais**

Moisés Giordano Mazza – UFMG  
mazzagiordano@gmail.com

Savana Diniz Gomes Melo – UFMG  
sdgmufmg2@gmail.com

Esta pesquisa pretende analisar a relação estabelecida entre docentes da Universidade Federal de Minas Gerais formados em nível de doutorado nos últimos doze anos e o PNPG vigente. Estes docentes, que chamamos de novos doutores, tiveram seu processo formativo no âmbito do V e VI PNPG e são hoje responsáveis por implementá-lo. A pesquisa é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da UFMG, linha de pesquisa Políticas Públicas de Educação e ao Grupo de Pesquisa-Ação sobre Universidade e Educação Superior (Universitátis/FaE/UFMG), sob orientação da Prof. Dra. Savana Diniz Gomes Melo, e encontra-se em desenvolvimento desde maio de 2020.

No sistema econômico capitalista a ciência alcança elevado prestígio social, ao mesmo tempo em que perde sua independência, sendo posta a serviço da ampliação do capital. Ela é fundamental para a continuidade do sistema e, na medida em que atualiza as formas de produção, leva o Estado a constituir novas estratégias de financiamento e indução por meio de políticas públicas específicas. No Século XIX Inglaterra e Alemanha foram as principais nações a fomentarem o desenvolvimento científico para a produção, seguidos pelos EUA no século XX; a Inglaterra foi o primeiro país a atribuir o desenvolvimento científico nacional ao professor universitário (ANDERY, MICHELETTO, *et al.*, 1994). No Brasil a relação entre ciência, economia e universidade consolidou-se apenas na segunda metade do Século XX, com a Reforma Universitária de 1968. Até aquele momento não existia ainda um projeto nacional de universidade, e o modelo que inspirou a reforma foi o norte-americano, subsidiado tanto por aqueles que desejavam que o Brasil fosse capaz de romper a dependência tecnológica do exterior, quanto por outros que buscavam o alinhamento ideológico com os EUA (CUNHA, 1988). A reforma institucionalizou a pós-graduação no país e determinou como seu objetivo o auxílio à expansão da indústria brasileira.

O PNPG surgiu no país como política pública em 1974 mediante a evidência do subdesenvolvimento da pesquisa científica no país. O PNPG teve como meta a formação

de pesquisadores, pois o país não dispunha de um corpo de cientistas para atender à demanda criada pela reforma universitária; o II PNPG, iniciado em 1982 teve o mesmo conteúdo. Foi apenas no III PNPG, em 1986, que a pesquisa ganhou centralidade nos objetivos e metas nacionais. Por razões políticas e econômicas da década de 1990 o IV PNPG não foi implementado; o V PNPG foi iniciado em 2005 e o VI PNPG em 2011. Em 1976 foi instituído também o Sistema de Avaliação e Acompanhamento da Pós-Graduação, cujo objetivo era avaliar a qualidade dos cursos e o cumprimento de metas dos planos. Na década de 1990 a avaliação passou por uma mudança conceitual na qual a concepção de qualidade foi substituída pela excelência; a avaliação passa a criar uma estratificação programada, na qual poucos programas ocupam o topo da classificação e servem de modelo para os subalternos. Este modelo segue como padrão de avaliação no V e VI PNPG (WASSEM, 2014).

Carvalho e Silva Júnior (2017) argumentam que o V e VI PNPG determinam um novo paradigma de ciência para a pós-graduação no país. Enquanto os planos anteriores estiveram focados na formação de pesquisadores e desenvolvimento nacional, os atuais induzem a produção de pesquisas que gerem produtos passíveis de lucro imediato. A avaliação dos programas de pós-graduação, realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) recebe inúmeras críticas de indução ao produtivismo acadêmico; os projetos de pesquisa começam a ser planejados a partir da indução dos editais das agências de fomento, de demandas de empresas e de setores do governo. A corrida por publicação acadêmica, sobretudo em periódicos avaliados pelas CAPES, se impõe nos programas de pós-graduação. Segundo Silva Júnior (2017) os docentes de maior tempo de carreira costumam resistir a essa lógica, mas os jovens doutores aceitam esta lógica em seu trabalho.

Pretende-se investigar a forma como se manifesta a política pública para a pós-graduação entre os pesquisadores jovens doutores, que concluíram seus doutorados entre os anos de 2011 e 2020, e são no momento docentes vinculados aos programas de pós-graduação da UFMG. Esses indivíduos tiveram sua formação científica realizada ao longo de um período no qual as diretrizes do PNPG almejavam a referida mudança no caráter da atividade universitária, com foco na produtividade, empreendedorismo e meritocracia; estão habituados à necessidade de que suas pesquisas gerem produtos, a construírem propostas de pesquisa diretamente intencionadas a concorrer aos editais de financiamento e a terem as atividades profissionais avaliadas por meio de métricas e fatores de impacto.

O PNPG afeta não apenas o trabalho prático docente, mas também suas relações com os pares e a atuação política na autorregulação do trabalho.

Pretende-se responder a dois blocos de perguntas. O primeiro é: o docente da UFMG, jovem doutor, vinculado à pós-graduação sente-se contemplado pela perspectiva de atividade científica induzida pelo PNPG? O segundo bloco refere-se à organização coletiva de resistência docente a essa lógica. Ocorre na atualidade alguma forma de resistência dos professores? É possível imaginar que após anos de formação e trabalho com estímulo à competitividade e ao mérito individual parametrizado a organização coletiva e classista seja sentida com estranheza pelos docentes?

O objetivo é identificar e analisar a natureza da atividade científica desenvolvida pelos docentes jovens doutores vinculados a Programas de Pós-Graduação da UFMG. Para tal, o primeiro objetivo específico é analisar a legislação que produz este cenário para a formação em nível de pós-graduação desde seu início na década de 1990; identificar e analisar como as diretrizes foram assimiladas pela UFMG e seus PPG; por fim, investigar e analisar como os docentes jovens doutores assimilam estas diretrizes e como atuam em suas atividades científicas e organizações sindicais.

A coleta dos dados será realizada por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas. O referencial teórico e metodológico para análise dos dados terá a obra de Marx como principal fonte. Pretende-se adotar o processo de análise imanente, que de acordo com José Chasin (2009) consiste em tratar o texto como dotado de significado em si mesmo, sem recorrer a conceitos pré-definidos ou interpretações prévias. Esta abordagem tem inspiração na obra de Marx, para o qual os conceitos não se reduzem a categorias subjetivas, mas sim a objetos históricos concretos, que se articulam a outros.

### **Bibliografia**

ANDERY, M. A. et al. **Para compreender a ciência**. 5<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1994.

CARVALHO, C. D. P.; SILVA JÚNIOR, J. D. R. Pesquisa, pós-graduação e conhecimento-mercadoria aplicado no Brasil. **EccoS**, São Paulo, n. 44, p. 23-42, set./dez. 2017.

CHASIN, J. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

CUNHA, L. A. **A universidade reformanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

FERREIRA, L. R. **O trabalho do professor jovem-doutor na pós-graduação: produção de conhecimento e discurso do professor.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, p. 207. 2015.

SILVA JUNIOR, J. D. R. **The New Brazilian University:** a busca por resultados comercializáveis para quem? Bauru: Canal 6, 2017.

WASSEM, J. **A EXCELÊNCIA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: visão de coordenadores.** Tese (Doutorado em Educação) - UNICAMP. Campinas. 2014.